

Diploma Universitário de Especialização em Ciências da Educação, na área de Organização e Gestão da Formação — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

III — Formação Profissional

Gestão de Recursos Humanos e o Novo Paradigma de Gestão dos Serviços Públicos (2008)

Operacionalização do SIADAP: Conceitos e Práticas (2007)

Tradução da Estratégia de Médio e Curto Prazo em Objectivos e Indicadores (2007)

Estatuto do Pessoal Dirigente (2005)

Gestão da Formação (2000)

Diagnóstico das Necessidades de Formação (1999)

Código do Procedimento Administrativo (1996)

IV — Percurso Profissional

De Outubro de 1989 a Julho de 1991 exerce funções como professora. Em 1992 ingressa no quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Loures, exercendo funções administrativas, até 1998

Em 1998 ingressa na carreira Técnica Superior de História, exercendo funções de responsável do Sector de Formação, até 2007

Em 2007, é nomeada, em regime de substituição em Chefe de Divisão Municipal de Recursos Humanos.

8 de Agosto de 2008. — O Vogal do Conselho de Administração, João Valente Breia.

300649689

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso n.º 22211/2008

Renovação de contrato de trabalho a termo resolutivo — Termo certo

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que por deliberação do Conselho de Administração destes Serviços, tomada em reunião de 29 de Julho de 2008, foi celebrado, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2008, contrato de trabalho a termo certo, ao abrigo das disposições contidas na alínea *h*) do artigo 9.º, da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho com, Paulo Alexandre Gandum Martins, para o exercício de funções correspondentes à categoria de Operário (Calceteiro), da carreira de operário qualificado, remunerado mensalmente pelo índice 142 da tabela de remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública, e pelo prazo de um ano, podendo ser renovado, nos termos do artigo 139.º do Código do Trabalho e artigo 10.º da sobredita Lei n.º 23/2004.

8 de Agosto 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, António Fernando Ceia Biscaíno.

300650262



PARTE J

MINISTÉRIO DA CULTURA

Aviso n.º 22212/2008

Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, para o Museu dos Biscaínhos

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei 51/2005 de 30 de Agosto torna-se público que, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura, no *Diário da República*, e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director do Museu dos Biscaínhos equiparado a Chefe de Divisão, no quadro de pessoal do referido Museu, aprovado por Portaria n.º 824/93 de 8 de Setembro.

2 — Áreas de actuação — Apresentar ao IMC os projectos de orçamento e de plano de actividades anuais e cumprir o plano e orçamento aprovado pelo IMC; gerir o Museu, incluindo recursos humanos e orçamentais em articulação com o IMC; coordenar e desenvolver projectos nas áreas da conservação, investigação, gestão e divulgação das colecções do Museu; promover acções de articulação com a comunidade e com outras instituições, tendo em vista a captação de públicos e o reforço do museu como instituição cultural de referência; liderar a equipa do Museu, definir objectivos anuais para o pessoal e assegurar o respectivo cumprimento e avaliação.

3 — Requisitos formais de provimento os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei 51/2005 de 30/8 a saber:

- Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- Ser detentor de 4 anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreira para cujo exercício de provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido:

- Licenciatura na área de Ciências Sociais e Humanas e ou das Artes, experiência comprovada na área para que é aberto o concurso;
- Experiência profissional comprovada no domínio do património cultural e ou da museologia;
- Conhecimento da estrutura da Administração Pública na área da cultura e das políticas e problemáticas culturais contemporâneas;
- Capacidade de coordenação e de liderança de equipas.

5 — Métodos de selecção — são utilizados cumulativamente os seguintes métodos de selecção:

- Avaliação curricular
- Entrevista Pública

6 — Local de trabalho — o local de trabalho é no Museu dos Biscaínhos, sito na Rua dos Biscaínhos, 4700-415 Braga.

7 — Composição do júri:

- Dr. Manuel Bairrão Oleiro, Director do Instituto dos Museus e da Conservação
- Arquitecta Paula Araújo, representante da Direcção Regional da Cultura do Norte.
- Dr.ª Susana Meneses, representante da APOM.

8 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Director do Instituto dos Museus e da Conservação, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio em carta registada com aviso de recepção.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- Curriculum vitae detalhado datado e assinado;
- Declaração actualizada emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado da qual constem a categoria actual, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço na carreira e na função pública;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documentos comprovativos das acções de formação profissional;
- Documentos comprovativos da experiência profissional específica e dos conhecimentos que constituem condições preferenciais para o preenchimento do cargo.

9 — Em caso de dúvida o júri poderá exigir a qualquer dos candidatos os esclarecimentos ou a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15/1, com a redacção dada pela Lei 51/2005, de 30/8.

6 de Agosto de 2008. — A Directora do Departamento de Gestão, Cláudia Matos Silva.